

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CARLOS HENRIQUE CAMPELO DE BRITO

**POLÍTICA, IDENTIDADE E PODER: Uma análise *queer* do Governo  
Trump 1**

RECIFE  
2025

CARLOS HENRIQUE CAMPELO DE BRITO

**POLÍTICA, IDENTIDADE E PODER: Uma análise *queer* do Governo Trump 1**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Dra. Maria Eduarda Antonino Vieira.

RECIFE  
2025

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

B862p Brito, Carlos Henrique Campelo de.  
Política, identidade e poder: uma análise queer do Governo Trump  
1 / Carlos Henrique Campelo de Brito. – Recife, 2025.  
40 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr.<sup>a</sup> Maria Eduarda Antonino Vieira.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo – Relações  
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2025.  
Inclui bibliografia.

1. Trump. 2. Queer. 3. Biopolítica. 4. LGBTQIAP+. I. Vieira,  
Maria Eduarda Antonino. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III.  
Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2025.2-003)

CARLOS HENRIQUE CAMPELO DE BRITO

**POLÍTICA, IDENTIDADE E PODER: Uma análise *queer* do Governo Trump 1**

Aprovado em 04 de dezembro de 2025

---

Profa. Dra. Maria Eduarda Antonino Vieira (ORIENTADORA)  
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

---

Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares (BANCA EXAMINADORA)  
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

---

Profa. Dra. Joyce Helena Ferreira da Silva (BANCA EXAMINADORA)  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO - UERJ

RECIFE  
2025

## RESUMO

Este artigo analisa como o governo de Donald Trump (2017–2021) operou mecanismos de *biopolítica* e *necropolítica* na gestão dos corpos LGBTQIAP+, evidenciando processos de exclusão e precarização. Para analisar e responder a pergunta central da pesquisa que é “De que maneira o governo Trump operou a *necropolítica* e a *biopolítica* na gestão dos corpos LGBTQIAP+ nos Estados Unidos?” Partindo da constatação de que a marginalização dessa população vai além da violência direta: ela se manifesta em discursos, políticas públicas e práticas institucionais que reforçam hierarquias de vida e de morte (MBEMBE, 2003; FOUCAULT, 1976). A pesquisa articula os aportes da *teoria queer* (LAURENTIS, 1991; BUTLER, 1990) e da *interseccionalidade* (CRENSHAW, 1989) para compreender como gênero, sexualidade, raça e classe se entrelaçam na produção dessas vulnerabilidades. Casos como a proibição de pessoas trans nas Forças Armadas e o desmonte parcial do Affordable Care Act ilustram os efeitos dessas políticas, sobretudo sobre pessoas negras, latinas e em situação de pobreza. Metodologicamente, adota-se uma netnografia orientada pela Análise do Discurso francesa (MAINGUENEAU, 2008), tomando os *tweets* presidenciais como base, reconhecendo o papel central das redes digitais na política contemporânea.

**Palavras-chave:** Trump, *Queer*, Biopolítica, LGBTQIAP+

## ABSTRACT

This article analyzes how the Donald Trump administration (2017–2021) employed mechanisms of biopolitics and necropolitics in the management of LGBTQIAP+ bodies, highlighting processes of exclusion and precariousness. To analyze and answer the central research question, "How did the Trump administration employ necropolitics and biopolitics in the management of LGBTQIAP+ bodies in the United States?" The article begins with the observation that the marginalization of this population goes beyond direct violence: it manifests itself in discourses, public policies, and institutional practices that reinforce hierarchies of life and death (MBEMBE, 2003; FOUCAULT, 1976). The research articulates the contributions of queer theory (LAURENTIS, 1991; BUTLER, 1990) and intersectionality (CRENSHAW, 1989) to understand how gender, sexuality, race, and class intertwine in the production of these vulnerabilities. Cases such as the ban on transgender people in the Armed Forces and the partial dismantling of the Affordable Care Act illustrate the effects of these policies, especially on Black, Latinx, and poor people. Methodologically, we adopt a netnography guided by French Discourse Analysis (MAINGUENEAU, 2008), using presidential tweets as a basis, recognizing the central role of digital networks in contemporary politics.

**Key-words:** Trump, Queer, Biopolític, LGBTQIAP+

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2 MARCOS TEÓRICOS PARA PENSAR CORPOS LGBTQIAP+ NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>4</b>
1.1 Teoria Queer e Relações Internacionais.....	5
1.2 Biopolítica e Necropolítica.....	7
1.3 Interseccionalidade.....	9
<b>3 TRAJETÓRIAS DE VULNERABILIDADE E RESISTÊNCIA QUEER NOS E.U.A: AVANÇOS, CONTRADIÇÕES E RETROCESSOS.....</b>	<b>11</b>
2.1 Dos guetos urbanos à Revolta de Stonewall: resistência e a necropolítica da AIDS (1960–1980).....	12
2.2 Entre inclusão condicional e homonormatividade: ambiguidades da institucionalização (1990–2000).....	13
2.3 Conquistas jurídicas e reação conservadora: o terreno para o trumpismo (2010-2016).....	14
<b>3 A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA E A CENA DISCURSIVA DIGITAL DO TRUMPISMO.....</b>	<b>18</b>
3.1 Performatividade do Ethos Autoritário na Retórica de Donald Trump.....	19
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>30</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A população LGBTQIAP+<sup>1</sup> tem historicamente enfrentado processos sistemáticos de marginalização, silenciamento e violência, tanto em contextos locais quanto globais. No campo das Relações Internacionais (RI), essas experiências foram, durante muito tempo, invisibilizadas por abordagens tradicionais que privilegiam atores estatais, questões econômicas e de segurança em moldes racionalistas (Mearsheimer, 2001; Waltz, 1979). Esse apagamento sustentou-se em uma lógica heteronormativa que define quais corpos importam no jogo político internacional e quais podem ser descartados, silenciados ou excluídos. É nesse ponto que emergem questões fundamentais para uma crítica queer das RI: Como compreender o lugar que lhes é reservado, e negado na política global? De que modo as normas de gênero e sexualidade atravessam a construção da soberania e a definição de ameaças à segurança? E sobretudo, que estratégias discursivas e institucionais sustentam a exclusão dessas populações e naturalizam sua precariedade?

Essa estrutura de exclusão, sustentada por normas de gênero e sexualidade que moldam as fronteiras da cidadania e da segurança, encontra manifestações concretas em diferentes contextos políticos contemporâneos. Um exemplo emblemático ocorreu durante o primeiro governo de Donald Trump (2017–2021), quando políticas abertamente discriminatórias reforçaram a marginalização de pessoas LGBTQIAP+ no aparato estatal e militar norte-americano. Em julho de 2017, o então presidente anunciou via X (antigo *Twitter*) a proibição da presença de pessoas transgênero nas Forças Armadas, medida posteriormente formalizada pelo Presidential Memorandum on Military Service by Transgender Individuals (2017). Após disputas judiciais, em 2019, o Pentágono implementou a chamada Transgender Military Ban, restringindo o ingresso de pessoas trans e exigindo que militares servissem de acordo com o sexo designado ao nascimento (UNITED STATES, 2017; PENTAGON, 2019).

---

<sup>1</sup> Opta-se, neste trabalho, pela utilização da forma estendida LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e demais identidades), em lugar das siglas reduzidas frequentemente adotadas por organizações e documentos oficiais. Tal escolha tem por objetivo conferir visibilidade e reconhecimento à diversidade de sujeitos que compõem o campo, evitando apagamentos decorrentes da simplificação terminológica. Trata-se, portanto, de uma opção política e analítica que busca ressaltar a pluralidade das experiências e identidades sexuais e de gênero, mesmo quando interlocutores institucionais utilizam nomenclaturas abreviadas.



Casos como esse revelam não apenas a materialidade da exclusão, mas também os limites analíticos das abordagens tradicionais em Relações Internacionais, que tendem a tratar tais medidas como políticas domésticas secundárias, e não como dispositivos centrais de poder com impacto global. É justamente para dar conta dessa dimensão, a forma como gênero e sexualidade atravessam soberania, segurança e identidade política, que se faz necessário mobilizar referenciais críticos. Nesse sentido, a emergência da teoria queer nas Relações Internacionais, impulsionada pela virada proposta por Teresa de Lauretis (1991), constituiu não apenas uma inovação temática, mas uma ruptura epistemológica, teórica e política frente às leituras dominantes. Ao recusar a estabilidade das categorias identitárias, essa perspectiva enfatiza a fluidez e a instabilidade das sexualidades e dos gêneros, desafiando as fronteiras que sustentam os regimes normativos de poder e de saber.

É nesse terreno que se insere a contribuição de Judith Butler (1990; 1993), que radicaliza os deslocamentos inaugurados por Lauretis (1991), ao conceber o gênero como performativo, isto é, como efeito reiterativo de práticas discursivas que produzem e regulam corpos, instituindo normas de inteligibilidade ao mesmo tempo em que marcam os limites da exclusão. Assim, a teoria queer não apenas introduz novas vozes no campo das Relações Internacionais, mas opera como ferramenta crítica capaz de desestabilizar seus próprios fundamentos ontológicos e epistemológicos. A partir dessas perspectivas, pode-se compreender que as políticas do governo Trump não se limitaram a decisões administrativas pontuais, mas atuaram na consolidação de um regime de sexualidade normativa. A proibição da presença de pessoas trans nas Forças Armadas exemplifica como o Estado buscou reinscrever corpos em uma lógica binária de gênero, negando a legitimidade de identidades dissidentes e subordinando-as ao sexo designado no nascimento.

Nesse sentido, os conceitos de biopolítica, formulado por Michel Foucault (1976), e de necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe (2003), revelam-se fundamentais para analisar como os Estados modernos regulam a vida, administram corpos e, ao mesmo tempo, produzem hierarquias de morte, determinando quais existências devem ser preservadas e quais podem ser descartadas. A biopolítica, conforme formulada por Foucault, refere-se ao conjunto de estratégias por meio das quais o poder moderno se volta para a administração da vida, regulando corpos e populações, disciplinando comportamentos, sexualidades e identidades. Já a

necropolítica, proposta por Mbembe, desloca esse foco ao evidenciar que, para além de gerir a vida, o poder soberano mantém-se ancorado na capacidade de produzir a morte, seja física, simbólica ou social de determinadas populações, definindo, em última instância, quais vidas merecem ser vividas e quais podem ser eliminadas.

No caso de corpos sexo-gênero dissidentes, essas duas formas de poder se entrelaçam de maneira perversa. A regulação estatal da vida, por meio de políticas públicas e discursos institucionais, muitas vezes não visa à inclusão, mas sim à normalização. Quando determinados corpos escapam dessa normatividade por sua orientação sexual, identidade de gênero, raça, classe ou nacionalidade tornam-se passíveis de exclusão, precarização ou eliminação. Trata-se de um processo de desumanização institucional, em que a vida *queer* é constantemente colocada à margem do reconhecimento estatal e dos direitos fundamentais.

A análise dessas políticas deve ser necessariamente interseccional, esse conceito formulado por Kimberlé Crenshaw (1989) e expandido por Patricia Hill Collins (2000) permitem compreender como diferentes sistemas de opressão como o racismo, o sexismo, a transfobia e o classismo interagem entre si para produzir formas específicas de exclusão. Durante o governo Trump, pessoas LGBTQIAP+ negras, latinas, migrantes e em situação de pobreza foram especialmente impactadas, enfrentando marginalização institucional, violência direta e invisibilização sistemática. O Affordable Care Act (Obamacare)<sup>2</sup> que ampliara o Medicaid, proibia práticas discriminatórias das seguradoras e garantia subsídios nos hospitais para famílias de baixa e média renda. Embora não tenha conseguido extinguir totalmente a lei, Trump desmontou pontos centrais, afetando sobretudo mulheres negras e latinas de baixa renda que dependiam do programa.

Diante desse cenário, este trabalho busca responder à seguinte questão central: De que maneira o governo Trump operou a necropolítica e a biopolítica na gestão dos corpos LGBTQIAP+ nos Estados Unidos? A formulação desse problema de pesquisa parte da compreensão, orientada pela Análise do Discurso de linha francesa, de que todo discurso é também uma prática social, isto é, uma forma de ação que institui posições de sujeito, regula sentidos e produz efeitos políticos.

---

<sup>2</sup> O Obamacare é o *Affordable Care Act* (2010), lei que ampliou o acesso ao seguro de saúde por meio de subsídios e regulamentações das seguradoras. O *Medicaid*, criado em 1965, é um programa público de assistência médica voltado à população de baixa renda. O ACA permitiu a expansão do Medicaid, mas a adesão ficou a critério de cada Estado.

Nesse sentido, os enunciados e políticas públicas do primeiro governo Trump (2017–2021) não apenas marginalizaram a população LGBTQIAP+, mas articularam uma lógica de exclusão sistemática baseada em critérios de gênero, sexualidade, raça e classe.

A pesquisa será conduzida por meio de uma netnografia (Kozinets, 2010), inicialmente planejada para concentrar-se nas publicações de Donald Trump no X (antigo *Twitter*) sobre políticas de gênero. Contudo, o banimento do seu perfil nessa plataforma, em 2021, impôs a necessidade de ampliar o campo empírico para outras redes em que sua presença digital se reconfigurou, especialmente o Instagram e o Truth Social, espaço que ele próprio instituiu como alternativa às plataformas tradicionais. Essa expansão não fragiliza o delineamento metodológico, ao contrário, permite acompanhar como sua retórica se adapta aos distintos regimes de visibilidade e moderação de cada plataforma. Observa-se, por exemplo, que conteúdos explicitamente hostis a pessoas sexo-gênero dissidentes tornam-se menos frequentes ou desaparecem após determinadas medidas de moderação, o que, por si só, constitui um dado significativo para a compreensão das dinâmicas de circulação, supressão e reformulação desses discursos.

A escolha das redes sociais como campo empírico decorre do papel central que esses ambientes desempenharam na construção da persona política de Donald Trump e na circulação de seus posicionamentos oficiais. No X (antigo *Twitter*), em particular, muitos de seus anúncios eram divulgados antes mesmo de chegarem à Casa Branca, funcionando não como comentários ocasionais, mas como enunciados estratégicos de governo (Murthy, 2018). Após o banimento de seu perfil, contudo, parte significativa dessa comunicação deslocou-se para outras plataformas, especialmente o Instagram e o Truth Social, o que tornou necessário acompanhar como sua retórica se reconfigura diante de diferentes regimes de visibilidade, moderação e audiência.

A análise será orientada pela perspectiva da análise de discurso de Dominique Maingueneau (2008), que compreende o discurso como prática situada, inseparável das instituições que o autorizam, das cenas enunciativas que o estruturam e das posições de sujeito que o tornam possível. Esse referencial é particularmente fecundo para examinar como categorias de gênero e queer são acionadas por Trump no ambiente digital, produzindo *ethos*, demarcando

antagonismos e disputando legitimidade política em plataformas distintas, cada qual com suas próprias condições de circulação, controle e apagamento discursivo.

A relevância deste trabalho reside na urgência de compreender os mecanismos contemporâneos de exclusão institucionalizada, sobretudo em regimes democráticos que, sob o manto da legalidade, legitimam práticas autoritárias. O caso do governo Trump é emblemático, pois revela como a desumanização pode ser naturalizada por discursos que mobilizam ordem, moralidade e soberania. A inovação desta pesquisa está, de um lado, na escolha das postagens presidenciais como corpus, reconhecendo as redes sociais digitais como arenas centrais da política internacional contemporânea, onde se produzem e circulam discursos com efeitos concretos sobre vidas e direitos. De outro lado, destaca-se a adoção da Análise do Discurso de linha francesa, em diálogo com a teoria queer, como abordagem ainda pouco explorada nas Relações Internacionais, permitindo tensionar categorias consagradas e propor novos modos de pensar o poder, a identidade e os direitos humanos no sistema internacional.

O trabalho organiza-se em quatro seções. A primeira apresenta o referencial teórico, discutindo a teoria queer e os conceitos de biopolítica, necropolítica e interseccionalidade, situando-os no campo das Relações Internacionais. A segunda seção oferece um apanhado histórico da relação dos Estados Unidos com a proteção dos direitos LGBTQIAP+, destacando avanços, retrocessos e disputas que marcaram o período anterior e contemporâneo ao governo de Donald Trump. A terceira seção combina a exposição dos procedimentos metodológicos e a análise empírica, explica a adoção da Análise do Discurso de linha francesa, conforme Dominique Maingueneau, explicita os critérios de seleção das postagens do presidente e, em seguida, apresenta a análise desses enunciados, evidenciando como acionaram mecanismos de necropolítica e biopolítica sobre corpos LGBTQIAP+. Por fim, a quarta seção apresenta as considerações finais, ressaltando os principais resultados, as limitações do estudo e as possíveis contribuições da pesquisa para os estudos críticos em Relações Internacionais.

## 2 MARCOS TEÓRICOS PARA PENSAR CORPOS LGBTQIAP+ NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A necessidade de compreender como corpos LGBTQIAP+ são posicionados, e frequentemente dispostos, no sistema internacional exige um retorno crítico às bases epistemológicas das Relações Internacionais. Antes de analisar discursos, políticas ou práticas estatais, é preciso reconhecer que a própria disciplina foi erguida sobre categorias que se pretendem neutras, mas que carregam regimes históricos de gênero, sexualidade, raça e colonialidade. Essa constatação desloca a investigação para um plano posterior, quais concepções de corpo, humanidade e cidadania sustentam as narrativas que estruturam as RI? E, sobretudo, que formas de violência epistemológica tornam certas vidas inteligíveis e outras descartáveis? É nesse ponto que a literatura crítica, feminista, pós-colonial, queer, biopolítica e interseccional, oferece instrumentos para desnaturalizar os fundamentos do campo, permitindo evidenciar que aquilo que aparece como “universal” é, na verdade, efeito de disputas, exclusões e hierarquias. A seção a seguir apresenta esses marcos teóricos, situando as contribuições centrais que possibilitam compreender como a vulnerabilidade LGBTQIAP+ funciona não como dado empírico isolado, mas como sintoma de uma arquitetura global profundamente desigual.

### 1.1 Teoria Queer e Relações Internacionais

A chamada *virada queer* nos estudos críticos de Relações Internacionais não significou apenas a inclusão de novas temáticas, mas uma ruptura epistemológica com as abordagens tradicionais. Cynthia Weber (1999) evidencia que conceitos considerados pilares da disciplina, como soberania, identidade e segurança, não possuem uma essência estável, mas são “ficções reguladoras” que operam para incluir e excluir sujeitos no sistema internacional. Como afirma a autora: “*A soberania é uma ficção que funciona precisamente porque oculta sua própria instabilidade, produzindo alguns corpos como reconhecíveis e outros como objetos*” (Weber, 1999, p. 14). Em seus trabalhos posteriores, Weber (2016) aprofunda essa perspectiva ao demonstrar que a própria identidade nacional é constituída por atos repetidos de diferenciação em relação à alteridade sexual e de gênero. Assim, soberania não deve ser lida apenas como princípio jurídico, mas como prática discursiva que produz fronteiras políticas e define quais corpos podem ser inteligíveis e protegidos, e quais permanecem fora da comunidade internacional.

Paralelamente, Judith Butler (1990; 1993; 2004; 2009) desloca de forma radical o entendimento das categorias de gênero ao propor a noção de performatividade. Para a autora, *“o gênero revela-se performativo, isto é, constitui a identidade que se supõe ser”* (Butler, 1990, p. 25). Em outras palavras, gênero não é uma essência natural ou uma identidade fixa, mas o efeito reiterado de práticas discursivas e sociais que produzem corpos inteligíveis dentro de quadros normativos específicos. Em seus trabalhos posteriores, Butler amplia esse raciocínio ao introduzir a noção de *vulnerabilidade*, entendida não como uma condição individual, mas como uma exposição relacional: *“A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, em certo sentido, nas mãos do outro”* (Butler, 2004, p. 22). Assim, todos os corpos são vulneráveis, mas essa exposição não é distribuída de forma igual, é hierarquizada a partir de critérios de gênero, sexualidade, raça e classe.

No livro *Vida precária: Os poderes do luto e da violência* (2004), Butler parte do impacto político e discursivo do 11 de setembro para interrogar quais vidas são reconhecidas como vidas e, portanto, dignas de luto. A autora sustenta que a vulnerabilidade é comum, mas distribuída de modo desigual, certos corpos são inteligibilizados como frágeis e protegíveis, enquanto outros permanecem fora do reconhecimento, convertidos em ameaça ou “dano colateral”. Essa assimetria resulta de enquadramentos discursivos que modulam a percepção social da violência, naturalizando a exposição diferencial à precariedade. Como afirma Butler, *“se certas vidas não são apreendidas como vidas, a sua precariedade não é registrada e, por isso, não são passíveis de luto”* (2004, p. 20). Nesse sentido, a precariedade não é apenas uma condição material, mas uma forma política de enquadramento que decide quem pode ou não ser reconhecido como humano.

Já em *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (2009), Butler desenvolve o conceito de *“grievability”* (“passibilidade de luto”), mostrando que os enquadramentos que moldam a percepção coletiva da realidade produzem hierarquias entre vidas, algumas mortes se tornam visíveis, choráveis e politicamente significativas, enquanto outras permanecem invisíveis, sem estatuto de perda. Essa desigualdade do luto opera como dispositivo de poder com efeitos *necropolíticos* Mbembe (2003), legitimando a eliminação de populações sem que tal violência seja reconhecida como tragédia. O luto, longe de ser uma experiência apenas íntima, aparece como operador político central, só pode ser enlutado quem

foi previamente reconhecido como vida. É nesse ponto que Butler (1990) articula vulnerabilidade, violência e soberania, evidenciando como os quadros de guerra definem quais existências contam e quais são descartáveis.

Nesse quadro, torna-se possível compreender como os corpos sexo-gênero dissidentes ocupam um lugar liminar nas Relações Internacionais, são reconhecidos apenas na medida em que confirmam a norma, e excluídos quando a desestabilizam. A “heterocisnormatividade”, ao se projetar como matriz silenciosa do campo, define quais vidas podem circular com legitimidade no espaço político internacional e quais permanecem fora dos marcos de inteligibilidade. Assim, sujeitos LGBTQIAP+ tornam-se alvo privilegiado dos mecanismos de precarização e da produção de “vidas não passíveis de luto”, já que sua existência questiona os fundamentos da soberania e da identidade estatal. Ao articular as contribuições de Weber (2016) e Butler (1990), evidencia-se que as dinâmicas internacionais não apenas refletem desigualdades internas, mas produzem ativamente hierarquias globais de reconhecimento, nas quais a vulnerabilidade queer se torna um índice da própria lógica excludente da disciplina.

## **1.2 Biopolítica e Necropolítica**

As análises de Weber (1999) e Butler (2004) já mostraram que a política internacional se sustenta em normas *heterocisnormativas* que não apenas moldam identidades, mas decidem quais corpos podem ser reconhecidos e quais permanecem fora do campo da inteligibilidade. Esse ponto abre uma questão crucial: de que modo a desigualdade no reconhecimento se converte em dispositivo institucional de gestão da vida e da morte? É justamente aqui que se inscrevem as contribuições de Michel Foucault (1976) e Achille Mbembe (2003). Se Butler nos alerta que a vulnerabilidade é condição partilhada, mas distribuída de forma desigual algumas vidas se tornam passíveis de luto, outras não, Foucault e Mbembe deslocam esse diagnóstico para o nível da soberania e das práticas estatais, não se trata apenas de quem é visto ou invisibilizado, mas de como o poder moderno organiza populações, normaliza corpos e produz, deliberadamente, zonas de morte.

Em Políticas da Inimizade, Achille Mbembe (2017) amplia a reflexão iniciada em *Necropolítica* (2003), examinando como os regimes contemporâneos de poder se sustentam na produção sistemática do inimigo. Para o autor, o Estado moderno organiza a vida política por meio da criação de fronteiras simbólicas e materiais que

separam os “amigos” dos “inimigos”, os corpos protegidos dos corpos descartáveis. Essa lógica da inimizade, profundamente enraizada nas estruturas coloniais, é reatualizada em democracias liberais que, sob o discurso da segurança e da moralidade, legitimam práticas de exclusão e violência contra determinados grupos. Assim, o inimigo político torna-se figura central da soberania contemporânea, pois é a partir dele que se autoriza o exercício da morte e a suspensão da empatia.

Assim, se Weber e Butler evidenciam como a norma heterocisnormativa define quem pode ser reconhecido como sujeito político, Foucault aprofunda esse debate ao mostrar que tais critérios de reconhecimento não operam apenas no plano simbólico, mas se materializam em tecnologias de gestão da vida. É nesse ponto que sua noção de biopolítica se torna fundamental. Foucault no livro *História da Sexualidade I: A vontade de saber* (1976), introduz o conceito de *biopolítica* para designar a nova racionalidade de poder que emerge na modernidade. Diferentemente do poder soberano, que “se exercia no direito de causar a morte ou deixar viver”, a biopolítica caracteriza-se por “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 1976, p. 135). Trata-se de uma transformação fundamental, o poder deixa de se centrar apenas na morte para incidir diretamente sobre a vida, sobre os corpos e sobre as populações. Como explica o autor, a biopolítica corresponde a “um conjunto de processos pelos quais a vida e seus mecanismos entram no domínio dos cálculos explícitos e o poder passa a ter a função de gerir a vida” (Foucault, 1976, p. 143).

Um exemplo clássico do exercício biopolítico pode ser encontrado nas políticas de saúde pública e eugenia que marcaram os séculos XIX e XX. O Estado passou a intervir sistematicamente na natalidade, na mortalidade infantil, nas campanhas de vacinação, no controle das epidemias e no incentivo à reprodução de determinados grupos sociais em detrimento de outros. No caso das políticas sexuais, a heterossexualidade foi consolidada como norma e a homossexualidade como desvio, passível de correção, tratamento ou exclusão. Assim, a *biopolítica* não apenas regula condutas, mas cria as condições para que certos corpos sejam promovidos como “saudáveis” e “produtivos”, enquanto outros são relegados à marginalidade.

Achille Mbembe, em seu ensaio *Necropolítica* (2003), amplia o debate *foucaultiano* ao destacar que o poder moderno não se limita a gerir a vida, mas também a organizar a morte. Para o autor, “a expressão máxima da soberania



reside, em larga medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2003, p. 11). Se a biopolítica foucaultiana se caracteriza por “fazer viver e deixar morrer”, a *necropolítica* revela a face letal do poder, institui a morte como horizonte político, convertendo territórios inteiros e populações específicas em zonas de abandono e eliminação. Não se trata apenas de deixar morrer pela ausência de cuidado, mas de produzir ativamente as condições que tornam certas vidas descartáveis.

Um exemplo paradigmático discutido por Mbembe é o da ocupação colonial e, em particular, o regime de *apartheid* (1948-1994) na África do Sul, que organizava juridicamente quais populações poderiam circular, trabalhar e se reproduzir, e quais seriam confinadas em espaços de morte social. Outro exemplo recorrente é o caso palestino, em que *checkpoints*, muros e bombardeios instauram o que o autor denomina “mundos de morte”, lugares em que a vida é reduzida à sobrevivência mínima. Esses casos evidenciam que a *necropolítica* opera tanto pela violência física direta quanto pela precarização contínua, populações negras, indígenas, migrantes ou LGBTQIAP+ podem ser empurradas a condições de vida em que a morte social, simbólica ou material aparece como destino normalizado.

A partir dessas duas chaves conceituais, é possível compreender como os corpos sexo-gênero dissidentes são produzidos como vidas vulneráveis, precarizadas e, muitas vezes, descartáveis. A *biopolítica* atua ao normatizar esses corpos, submetendo-os a categorias binárias de gênero e a expectativas heterossexuais, seja em instituições como a escola, a família ou as Forças Armadas. Já a *necropolítica* se manifesta quando tais corpos são deliberadamente excluídos da proteção estatal, convertidos em vidas não passíveis de luto e, portanto, expostos à morte social e material. A interdição do acesso de pessoas trans ao serviço militar nos Estados Unidos e o desmonte de políticas de saúde voltadas a populações LGBTQIAP+ durante o governo Trump exemplificam esse duplo movimento: de um lado, a tentativa de normalizar e controlar a vida; de outro, a produção de condições que tornam a existência *queer* permanentemente ameaçada. Assim, Foucault(1988) e Mbembe(2003) permitem ver que a marginalização da diversidade sexo-gênero não é apenas fruto de preconceito social difuso, mas um projeto político sustentado por tecnologias estatais de gestão da vida e da morte.

### 1.3 Interseccionalidade

O conceito de interseccionalidade foi formulado por Kimberlé Crenshaw em *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex* (1989), a partir da análise de um caso paradigmático de discriminação estrutural: o processo movido por mulheres negras contra a General Motors. A empresa, conforme demonstrou Crenshaw, mantinha uma divisão rígida de trabalho que contratava apenas mulheres brancas para funções administrativas e apenas homens negros para setores industriais pesados. Quando ocorreram demissões em massa, esses postos industriais foram eliminados, e as mulheres negras tornaram-se o único grupo simultaneamente excluído de todas as áreas. Ao acionar o Judiciário, elas se viram impossibilitadas de comprovar discriminação por gênero, já que mulheres brancas eram contratadas, ou por raça, já que homens negros também eram empregados. O tribunal, orientado por uma lógica binária e universalista, recusou-se a reconhecer que a opressão vivida por mulheres negras não era a soma de racismo e sexismo, mas um entrelaçamento estrutural que produzia um tipo específico de vulnerabilidade. Crenshaw demonstrou que o sistema jurídico era incapaz de inteligibilizar esse cruzamento, tornando impossível o reconhecimento da experiência particular dessas mulheres e, portanto, produzindo o apagamento completo de sua condição.

Em *Mapping the Margins* (1991), Crenshaw expandiu o conceito ao analisar políticas de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica. A autora mostrou como o Estado liberal opera a partir de uma figura universal e abstrata da vítima, branca, nacional, heterossexual, de classe média, que define quem merece proteção jurídica. Mulheres negras, imigrantes, pobres ou com barreiras linguísticas não cabiam nesse modelo e, por isso, eram sistematicamente excluídas dos abrigos, dos serviços e das políticas públicas. A interseccionalidade, nesse sentido, desloca-se de uma metáfora espacial para uma teoria da sobreposição e amplificação das desigualdades estruturais, evidenciando como as opressões se co-produzem e se reforçam mutuamente nos dispositivos institucionais, jurídicos e cotidianos.

Patricia Hill Collins, em diálogo com Crenshaw, amplia ainda mais esse horizonte ao conceituar a interseccionalidade como parte de uma “matriz de dominação”, apresentada em *Black Feminist Thought* (1990) e posteriormente sistematizada em *Intersectionality* (Collins; BILGE, 2016). Para Collins, as opressões não são cumulativas, mas integradas, compondo uma arquitetura social em que

raça, gênero, classe, sexualidade, nacionalidade e capacidade se entrelaçam para produzir hierarquias de poder. A autora enfatiza que esse sistema opera simultaneamente nas instituições, nas normas culturais e nas relações do cotidiano, articulando formas macro e micro de dominação. Além disso, Collins acrescenta uma dimensão epistêmica crucial: a interseccionalidade não é apenas uma teoria sobre desigualdade, mas também um paradigma de produção de conhecimento que reconhece a importância das perspectivas situadas e das experiências vividas por grupos historicamente marginalizados, desafiando modelos universalistas que presumem neutralidade, objetividade e abstração.

A leitura de Crenshaw e Collins converge ao revelar que a violência institucional não é mero efeito da exclusão, mas um mecanismo ativo de reprodução das hierarquias sociais. Políticas de enfrentamento à violência de gênero, sistemas jurídicos, programas de saúde, políticas migratórias e práticas securitárias tornam-se dispositivos seletivos: protegem determinados corpos e silenciam outros. Como enfatiza Silma (2022), as categorias de raça, gênero, classe, sexualidade, nacionalidade, etnia, idade e capacidade não atuam isoladamente, mas se moldam mutuamente, produzindo formações complexas de vulnerabilidade.

No campo das Relações Internacionais, essa perspectiva interseccional revela que a precariedade vivida por populações LGBTQIAP+, migrantes, negras e racializadas não pode ser compreendida apenas como resultado de preconceitos difusos ou desigualdades internas, mas como efeito de regimes de poder jurídicos, econômicos, securitários, religiosos e coloniais que operam simultaneamente no plano doméstico e global. As fronteiras entre aqueles cuja vida é protegida e aqueles considerados descartáveis são profundamente atravessadas por marcadores de raça, gênero e sexualidade, que determinam quem tem acesso à cidadania, aos direitos e à proteção estatal, e quem é relegado à condição de ameaça, excesso ou “problema”. Desse modo, ao ser deslocada para a escala internacional, a interseccionalidade torna-se uma ferramenta indispensável para compreender como o sistema global participa da produção de desigualdades que são, ao mesmo tempo, políticas e corporais, e como esses mecanismos de poder estruturam as condições de inteligibilidade, agência e sobrevivência dos sujeitos.

## **2 TRAJETÓRIAS DE VULNERABILIDADE E RESISTÊNCIA *QUEER* NOS E.U.A: AVANÇOS, CONTRADIÇÕES E RETROCESSOS**

A análise teórica anterior evidenciou que a vulnerabilidade LGBTQIAP+ não é fortuita, mas produzida por estruturas sociais e políticas que definem quais vidas são reconhecidas e quais permanecem expostas à precariedade. Para compreender o governo Trump e o impacto de suas políticas sobre corpos sexo-gênero dissidentes, é necessário situar esse período em uma trajetória histórica mais ampla, marcada por tensões entre marginalização, resistência e conquistas parciais de direitos. A seção a seguir reconstrói esse percurso, mostrando como avanços jurídicos e sociais conviveram com mecanismos persistentes de exclusão e com reações conservadoras que moldaram o terreno político e cultural no qual o “trumpismo” emergiu.

### **2.1 Dos guetos urbanos à Revolta de *Stonewall*: resistência e a necropolítica da AIDS (1960–1980)**

A década de 1960 marcou um ponto de inflexão para a população LGBTQIAP+ nos Estados Unidos. A concentração de comunidades queer em cidades como São Francisco e Nova Iorque esteve ligada não apenas a fluxos de migração interna e busca por condições de vida menos hostis, mas também ao recrudescimento da vigilância estatal, das batidas policiais e da criminalização das relações sexuais e de gênero dissidentes (D’Emilio, 1998). Até o final dos anos 1960, leis de *cross-dressing*, normas de conduta pública e políticas de licenciamento de bares funcionavam como instrumentos de controle moral, enquanto a violência policial era normalizada como estratégia de disciplinamento dos “desvios”. Nesse cenário, a Revolta de *Stonewall*, em 1969, tornou-se símbolo de um deslocamento ético e político decisivo. O levante interrompeu as rotinas de repressão policial e inaugurou um ciclo de mobilizações que reivindicavam não apenas direitos civis, mas a possibilidade mesma de existência pública das vidas queer. Liderado por figuras como Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera, *Stonewall* também expôs fraturas internas do movimento, ao evidenciar que raça, classe e identidade de gênero moldavam quem podia aparecer e de que forma podia reivindicar direitos (Dunlap 2019).

Nos anos 1980, a emergência da epidemia de HIV/AIDS redefiniu radicalmente os contornos da experiência LGBTQIAP+. A doença, inicialmente associada aos “corpos homossexuais” e tratada pela mídia como “câncer gay”, alimentou uma onda de pânico moral e reforçou dispositivos estatais e sociais de exclusão (Treichler, 1987; Sontag, 1989). A negligência do governo Reagan, marcada pela ausência de financiamento adequado, pelo silêncio público e pela recusa em reconhecer a gravidade do vírus, tornou-se a expressão mais evidente da articulação entre biopolítica e necropolítica. enquanto parte da população recebia proteção e cuidados, corpos queer eram deixados ao abandono e à morte social (Gould, 2009).

Ao mesmo tempo, a crise produziu novas formas de resistência política. Coletivos como o ACT UP<sup>3</sup> reorganizaram o ativismo queer mediante táticas de confronto público, produção de conhecimento e denúncia da lógica institucional que classificava determinadas vidas como descartáveis (Epstein, 1996). Essa dupla dinâmica, estigmatização e mobilização, marcou de forma duradoura a política sexual nos EUA, estabelecendo uma matriz de vulnerabilidade e resistência que influenciaria debates, políticas públicas e estratégias de controle moral pelas décadas seguintes.

## **2.2 Entre inclusão condicional e homonormatividade: ambiguidades da institucionalização (1990–2000)**

A partir da década de 1990, observa-se um ciclo de institucionalização das pautas LGBTQIAP+ nos Estados Unidos, marcado simultaneamente por avanços significativos e por dispositivos de controle que definiram quem podia ser reconhecido como sujeito de direitos. Medidas consideradas progressistas, como a política *Don't Ask, Don't Tell* (1993), operavam sob uma lógica de inclusão condicional: permitiam a permanência de pessoas homossexuais nas Forças Armadas desde que ocultassem sua orientação sexual, reescrevendo a cisheteronormatividade como requisito para o pertencimento militar e produzindo um regime de cidadania marcado pela vigilância do silêncio (Berube, 2010).

---

<sup>3</sup> O ACT UP (AIDS Coalition to Unleash Power) é um movimento ativista fundado em 1987, em Nova York, por pessoas vivendo com HIV/AIDS e aliados. O grupo ficou conhecido por ações diretas, protestos e ocupações públicas para pressionar governos, laboratórios e instituições de saúde a acelerar pesquisas, reduzir preços de medicamentos e combater o estigma e a negligência em relação à AIDS.

Essa ambiguidade tornou-se ainda mais evidente com a aprovação do *Defense of Marriage Act* (DOMA) em 1996, que restringiu o reconhecimento federal do casamento às uniões entre homem e mulher. Embora apresentado como medida de “proteção à família”, o DOMA institucionalizou hierarquias legais de sexualidade, reafirmando o casamento heterossexual como modelo normativo e relegando uniões homoafetivas à esfera da não legitimidade. Paralelamente, a década assistiu ao fortalecimento de organizações LGBTQIAP+ nacionais e locais, à expansão da presença queer na mídia e ao surgimento de uma agenda política mais estruturada, elementos que ampliaram a visibilidade pública e consolidaram o movimento enquanto ator relevante no campo dos direitos civis (Warner, 1999).

No entanto, como apontam teóricas queer como Lisa Duggan (2003) e Michael Warner (1999), parte desse processo de institucionalização foi acompanhada pela formação de uma política sexual homonormativa: um modelo de cidadania baseado na assimilação a valores neoliberais de respeitabilidade, consumo e privatização da vida íntima. Esse paradigma privilegiava sujeitos LGBTQIAP+ brancos, de classe média e conformes às normas de gênero, deixando à margem pessoas trans, negras, latinas, pobres e soropositivas. Assim, mesmo em meio à ampliação de direitos formais, persistiam desigualdades estruturais e mecanismos de exclusão que restringiam o acesso pleno à cidadania sexual. Em síntese, os anos 1990 produziram um cenário paradoxal: maior visibilidade e organização política coexistiram com dispositivos de normalização que permitiam o reconhecimento apenas de determinadas formas de vida. Essa inclusão seletiva, atravessada por raça, classe e gênero, se tornaria elemento central para compreender tanto o avanço posterior dos direitos LGBTQIAP+ na década seguinte quanto a reação conservadora que se intensificaria na esteira desses ganhos.

### **2.3 Conquistas jurídicas e reação conservadora: o terreno para o trumpismo (2010-2016)**

O início da década de 2010 marcou um momento de profunda reorganização da cidadania sexual nos Estados Unidos. Avanços jurídicos de grande impacto conviveram com uma reação conservadora capilarizada, produzindo o paradoxo que estrutura esse período, enquanto decisões federais ampliavam garantias formais e consolidavam direitos fundamentais, estados, municípios, organizações religiosas e atores judiciais articulavam resistências que minavam, na prática, os efeitos dessas

conquistas. Trata-se de uma década em que a inclusão LGBTQIAP+ se institucionaliza sob a forma de reconhecimento jurídico, mas essa mesma institucionalização intensifica o conflito político e moral que pavimentaria a emergência do “trumpismo”.

Em 2010, a revogação de *Don't Ask, Don't Tell* encerrou oficialmente a política do silêncio que condicionava a presença de militares gays e lésbicas às suas identidades não declaradas. O gesto foi altamente simbólico, não apenas eliminou um regime estatal de ocultamento, mas deslocou o eixo da cidadania sexual do “não dizer” para o reconhecimento explícito do serviço militar prestado por pessoas LGBTQIAP+. Em 2011, o Departamento de Justiça anunciou que deixaria de defender a Seção 3 do *Defense of Marriage Act* (DOMA), abrindo caminho para a decisão *United States v. Windsor* (2013), que reconheceu benefícios federais a casais do mesmo sexo. Esse percurso culminou em *Obergefell v. Hodges* (2015), quando a Suprema Corte estabeleceu o casamento igualitário em todo o território nacional, consolidando uma mudança jurídica histórica.

Essas decisões foram acompanhadas por uma agenda administrativa voltada à ampliação de garantias antidiscriminatórias. Em 2014, a Ordem Executiva nº 13.672, assinada por Barack Obama, estendeu proibições de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero a todas as contratadas federais, vinculando políticas de diversidade ao funcionamento da máquina pública e à cidadania econômica. Em 2016, orientações conjuntas dos Departamentos de Justiça e Educação estabeleceram que escolas públicas deveriam garantir a estudantes trans o uso de banheiros e instalações de acordo com suas identidades de gênero, medida inédita ao reconhecer crianças e adolescentes trans como sujeitos de direitos no espaço educacional (Meyer, 2017).

Esse conjunto de iniciativas produziu o que Lisa Duggan (2003) denomina uma política de reconhecimento liberal, avanços reais coexistiram com limites estruturais, marcando uma inclusão condicionada à gramática da respeitabilidade, ao custo de manter invisibilidades e desigualdades profundas, sobretudo para pessoas trans, negras, latinas e pobres. Entretanto, essa inclusão limitada foi suficiente para deflagrar um contra-movimento moral organizado, alimentado por setores da direita religiosa e da extrema direita para os quais tais políticas representavam a erosão de valores fundamentais sobre família, gênero e ordem social. A reação conservadora não surgiu do nada, reativou repertórios já presentes

desde os anos 1970, mas agora re-embalados pela linguagem da “liberdade religiosa” e da “proteção da infância”.

Em 2015, o estado de Indiana aprovou uma versão estadual do *Religious Freedom Restoration Act* (RFRA) que abriria margem para a recusa de serviços a casais LGBTQIAP+, após forte pressão empresarial e protestos públicos, o texto precisou ser revisto. Em 2016, a *Public Facilities Privacy & Security Act* (HB2), na Carolina do Norte, impôs o uso de banheiros públicos de acordo com o sexo de nascimento, anulando políticas locais de inclusão e transformando o estado em laboratório para legislações anti-trans que se multiplicariam nos anos seguintes. Casos emblemáticos de desobediência institucional também se tornaram marcadores identitários desse *backlash*. A recusa da escritã Kim Davis, no Kentucky, em emitir licenças de casamento para casais do mesmo sexo, mesmo após *Obergefell*, consolidou um repertório jurídico-político que busca transformar crenças pessoais em cláusulas de exceção às normas antidiscriminatórias. Paralelamente, organizações jurídicas conservadoras passaram a investir em litígios estratégicos que deslocaram o conflito para os tribunais, disputando a fronteira entre liberdade religiosa, liberdade de expressão e igualdade (Gross, 2018).

No âmbito educacional e da saúde, a reação se expressou por múltiplas frentes, procuradores-gerais de estados conservadores judicializaram as diretrizes pró-alunos trans de 2016; conselhos escolares reverteram políticas locais; e no sistema de saúde multiplicaram-se negativas de cobertura para procedimentos de afirmação de gênero e recusas de atendimento. Mesmo diante de vitórias jurídicas federais, dispositivos cotidianos de precarização continuavam a operar, sobretudo para pessoas trans e pessoas LGBTQIAP+ negras e latinas, uma dinâmica que Jasbir Puar (2007; 2017) identifica como forma de *homonacionalismo* e de necro biopolítica, na qual certos corpos LGBTQIAP+ são incorporados ao projeto nacional enquanto outros permanecem expostos ao abandono. O massacre na boate Pulse, em Orlando, em junho de 2016, escancarou de forma brutal esse entrelaçamento entre racialização, sexualização e regimes securitários. O ataque, que vitimou majoritariamente pessoas LGBTQIAP+ latinas, mostrou como terrorismo, homofobia e violência racial convergem na produção de vulnerabilidade e medo (Puar, 2017).

Em síntese, o período 2010–2016 produziu o paradoxo que organizará o “trumpismo”, a consolidação de direitos no topo da pirâmide jurídica coexistiu com a expansão de resistências capilarizadas que, ancoradas na defesa da família, na



retórica da proteção infantil e na soberania moral seletiva, criaram zonas de exceção no cotidiano. Essa encruzilhada, entre reconhecimento formal e reação organizada, constitui o terreno sobre o qual o governo Trump edificará seu projeto político, combinando estratégias de reversão normativa, mobilização afetiva e reordenação discursiva das fronteiras da cidadania LGBTQIAP+. Na próxima seção, examina-se como essas tendências são radicalizadas e transformadas em política de Estado.

Quadro 1: Linha do tempo: vulnerabilidade e resistência LGBTQIAP+ nos EUA (1960–2020)

Ano	Evento
1969	Revolta de Stonewall em Nova Iorque: marco da mobilização política LGBTQIAP+.
1973	<i>American Psychiatric Association</i> retira a homossexualidade da lista de distúrbios mentais.
1981	Primeiros casos de HIV/AIDS nos EUA, com forte estigmatização da comunidade <i>queer</i> .
1993	Implementação da política <i>Don't Ask, Don't Tell</i> , que permitia militares homossexuais desde que não revelassem sua orientação.
1996	Aprovação do <i>Defense of Marriage Act</i> (DOMA), definindo casamento apenas homem e mulher no âmbito geral.
2010	Revogação do <i>Don't Ask, Don't Tell</i> durante o governo Obama.
2013	Suprema Corte derruba artigos do DOMA, reconhecendo benefícios federais a casais do mesmo sexo.
2015	Caso <i>Obergefell v. Hodges</i> : Suprema Corte garante o direito constitucional ao casamento igualitário
2016	Governo Obama amplia medidas de proteção a pessoas trans em escolas e serviços federais.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

A reconstrução dessas trajetórias, dos guetos urbanos à insurgência de *Stonewall*, da necropolítica da AIDS à institucionalização ambígua dos anos 1990, dos avanços jurídicos da década de 2010 à reação conservadora que capilarizou mecanismos de exclusão, evidencia que a cidadania LGBTQIAP+ nos Estados Unidos é resultado de disputas contínuas e profundamente assimétricas. Trata-se de

um campo historicamente marcado por movimentos pendulares, em que conquistas parciais convivem com formas persistentes de precarização, e em que vitórias jurídicas nunca garantem, por si só, a segurança material, o reconhecimento social ou a proteção estatal. É nesse terreno paradoxal, tecido por avanços significativos e contradições estruturais, que o “trumpismo” se insere, não como ruptura abrupta, mas como atualização de repertórios conservadores longamente acumulados, combinando moralidade sexual, nacionalismo racializado e dispositivos de abandono que reconfiguram a fronteira entre vidas protegidas e vidas descartáveis. Com essa moldura histórica e política delineada, a próxima seção examina como esses elementos se consolidam discursivamente na figura de Donald Trump, analisando a ascensão da extrema direita norte-americana e a cena digital que possibilitou a expansão e a naturalização de seu projeto político.

### 3 A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA E A CENA DISCURSIVA DIGITAL DO TRUMPISMO

Esta seção reúne, de forma integrada, os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e a apresentação dos resultados analíticos. A investigação parte da Análise do Discurso de linha francesa, conforme Dominique Maingueneau (2008), compreendendo que os enunciados de Donald Trump não podem ser lidos como declarações isoladas, mas como práticas situadas que emergem de instituições, cenas de enunciação e regimes específicos de circulação digital. Assim, a análise considera simultaneamente o conteúdo, as condições de produção e os efeitos performativos dos discursos, em plataformas marcadas por diferentes lógicas de visibilidade e moderação.

A construção do corpus exigiu enfrentar desafios decorrentes dos banimentos sucessivos de Trump pelo X (antigo *Twitter*) e por outras plataformas, o que provocou apagamentos, restrições de acesso e fragmentação da memória digital. Para contornar essas lacunas, recorreu-se a arquivos independentes, repositórios alternativos e à própria migração de sua presença digital para o Instagram e, sobretudo, para o *Truth Social*, criado como espaço imune às políticas de moderação das grandes empresas de tecnologia. Em virtude desse cenário, a pesquisa expandiu o recorte inicial, antes centrado exclusivamente nos dois primeiros anos de governo, e passou a incorporar também o período pós-2021, quando Trump atuou como opositor, formador de opinião e candidato, mantendo suas estratégias discursivas ativas e altamente engajadas. Ao final, foram selecionadas 10 postagens, distribuídas entre X, Instagram e Truth Social, que apresentam densidade temática e forte impacto performativo sobre debates relativos a gênero, sexualidade, segurança, moralidade e “ameaças internas”.

A análise desse material foi organizada segundo três procedimentos articulados. O primeiro consistiu na seleção e delimitação do *corpus*, privilegiando enunciados que acionam categorias de gênero e *queer*, dispositivos de moralização, construção de inimigos, deslocamentos de responsabilidade e formas de legitimação da autoridade presidencial. O segundo envolveu a identificação das cenas enunciativas, observando como cada plataforma condiciona o ethos de Trump, seus modos de interpelação do público e os regimes de visibilidade/moderação que

modulam o sentido dos enunciados. O terceiro corresponde à interpretação dos efeitos discursivos, examinando como esses enunciados participam da ativação de repertórios necropolíticos e biopolíticos sobre corpos LGBTQIAP+, operando como tecnologias políticas que produzem fronteiras entre pertencimento e abjeção.

### 3.1 Performatividade do *Ethos* Autoritário na Retórica de Donald Trump

Agora vamos analisar como o *ethos* “trumpista” é performado, reiterado e legitimado por meio das imagens veiculadas nas plataformas digitais, entendendo o *ethos*, como a construção discursiva de uma “maneira de ser” que se encarna em gestos, estilos, cenografias e afetos, ultrapassando o dito para instaurar um corpo político crível. Ao examinar as postagens selecionadas, observamos que Donald Trump mobiliza uma engenharia discursiva que articula simultaneamente autoridade, vitimização e excepcionalismo, compondo a figura do outsider combativo que se apresenta como último guardião da nação contra ameaças internas e externas.

As imagens analisadas condensam quatro eixos fundamentais dessa construção: (1) a produção de um *ethos* autoritário, ancorado na representação do líder forte e infalível; (2) a fabricação do “inimigo interno”, especialmente corpos migrantes e dissidentes de gênero, marcados pela estetização da ridicularização e pela lógica do perigo moral; (3) a moralização do gênero e da sexualidade, que instrumentaliza crianças, família e afetos protetivos para legitimar agendas conservadoras; e (4) a ativação de afetos políticos, medo, indignação e nostalgia que sustentam a promessa de restauração nacional sintetizada em slogans como *MAGA*. A análise das nove imagens revela, portanto, como o discurso trumpista opera pela combinação entre violência simbólica, sentimentalização estratégica e um regime imagético de alta performatividade, no qual a figura do líder emerge como vítima, herói e juiz moral em um mesmo gesto enunciativo.

A imagem 1 apresenta Donald Trump no centro de uma multidão, rodeado por seguranças e com o punho erguido, compondo uma cenografia que performa um *ethos* autoritário sustentado pela corporalidade rígida, pelo semblante tenso e pelo enquadramento que o posiciona como eixo soberano da nação. Nessa perspectiva, o corpo de Trump funciona como um dispositivo biopolítico, encarna a promessa de proteção da “vida” nacional apenas para aqueles que se alinham a um ideal de normalidade racial, moral e identitária, restringindo o horizonte de proteção aos que

“se parecem com ele”, enquanto corpos dissidentes, migrantes ou LGBTQIAP+ permanecem fora desse pacto de cuidado e são implicitamente produzidos como ameaça. Ao mesmo tempo, a cena ativa uma dimensão necropolítica, pois a narrativa visual de perigo e perseguição pressupõe a existência de inimigos internos cuja eliminação simbólica ou material seria necessária para restaurar a grandeza do país. Assim, o punho fechado e o aparato de segurança não apenas reforçam uma masculinidade política viril e combativa, típica das extremas direitas, mas também estabelecem um regime afetivo de mobilização que convoca os seguidores à adesão emocional, transformando a imagem em um microdispositivo de guerra moral.

Imagem 1: Trump e o *ethos* autoritário

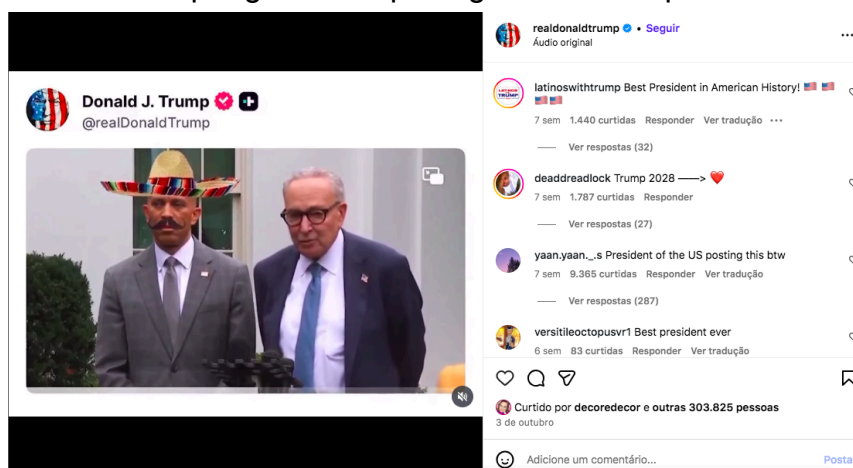


Fonte: Conta oficial de Donald J. Trump no Instagram. Postagem publicada em 24 de Março de 2025, disponível em: @realdonaldtrump. Acesso em: 26/11/2025.

Na Imagem 2, Trump publica um vídeo manipulado em que um homem racializado tem seu rosto sobreposto por acessórios caricatos, sombrero, elementos estereotipados, ativando um regime visual que transforma a diferença em motivo de riso e suspeição. Esse procedimento de ridicularização não opera apenas como humor político, mas como tecnologia discursiva de deslegitimação, ao reduzir o sujeito a um signo de estranhamento, a postagem fabrica uma figura de “Outro” cuja presença é construída como ameaça potencial à ordem nacional. Do ponto de vista do *ethos*, Trump performa uma posição de superioridade moral e corporal ao se colocar como alguém capaz de revelar, expor e desmascarar esse “perigo”, reforçando a imagem de líder vigilante que identifica e denuncia elementos considerados desviantes. Essa performance articula uma economia afetiva que mistura riso, desprezo e medo, instaurando um clima de permissividade para ataques simbólicos.

Biopoliticamente, a cena contribui para a administração desigual das fronteiras de pertencimento, ao representar determinados corpos, latinos, imigrantes, racializados ou dissidentes, como portadores de risco, o discurso visual delimita quais vidas merecem cuidado e proteção estatal e quais são deslocadas para zonas de suspeição. A necropolítica emerge quando essa estetização do ridículo produz sujeitos como “não plenamente humanos”, vidas que podem ser expostas à violência sem que isso cause indignação pública. Ao transformar a diferença em ameaça risível, a imagem naturaliza práticas de exclusão, reforça a hierarquia racial e legitima a produção de inimigos internos cuja eliminação simbólica se torna aceitável.

Imagem 2: Estética da ridicularização e xenofobia midiática: a produção do ‘outro perigoso’ nas postagens de Trump



Fonte: Conta oficial de Donald J. Trump no Instagram. Postagem publicada em 03 de outubro de 2025, disponível em: @realDonaldTrump. Acesso em: 26/11/2025.

Na Imagem 3 uma sala de aula superlotada de crianças produz um enquadramento visual em que a infância é instrumentalizada como prova material do suposto colapso nacional provocado pela imigração. A cena não mostra diretamente Trump, mas constrói seu *ethos* de governante responsável e protetor a partir da lógica do risco, ao sugerir que a abertura de fronteiras resulta em escolas abarrotadas, o post convoca o público a vê-lo como aquele que teria a coragem de “controlar” quem entra e quem tem direito a ocupar o espaço escolar. A biopolítica aparece no modo como os corpos infantis são contabilizados como excesso populacional, não são apresentados como sujeitos de direitos, mas como números que pressionam infraestrutura, orçamento e qualidade da educação, deslocando o debate de políticas públicas para um registro moralizado de merecimento. A

dimensão necropolítica emerge quando essas infâncias imigrantes são tratadas como ameaça coletiva, vidas que podem ter seu acesso à escola, à mobilidade e à própria permanência no território restringidos em nome da segurança e do bem-estar de outros.

Imagem 3: Inocência instrumentalizada: crianças imigrantes como armas discursivas do “trumpismo”



Fonte: Conta oficial de Donald J. Trump no Instagram. Postagem publicada em 11 de outubro de 2024, disponível em: @realDonaldTrump. Acesso em: 26/11/2025.

Na Imagem 4, Trump aparece cercado por crianças em um cenário lúdico, compondo um ethos de líder afetuoso e acessível. A infância funciona como ferramenta afetiva que suaviza sua retórica punitiva e o aproxima da ideia de protetor moral da nação. Biopoliticamente, o enquadramento delimita quais infâncias são reconhecidas como dignas de cuidado, majoritariamente brancas, normativas e inseridas no imaginário da “nação ideal”. A necropolítica se manifesta no contraste implícito: enquanto essas crianças são celebradas, outras, como crianças trans, de famílias LGBTQIAP+ ou imigrantes, são deslocadas para narrativas de risco ou ameaça em outras postagens, revelando uma lógica seletiva de reconhecimento e proteção.

#### Imagem 4: Infância como cenário: a manipulação do afeto na construção do *ethos* “trumpista”



Fonte: Conta oficial de Donald J. Trump no Instagram. Postagem publicada em 21 de Abril de 2025, disponível em: [@realdonaldtrump](https://www.instagram.com/realdonaldtrump/). Acesso em: 26/11/2025.

Na Imagem 5, a foto formal de Ivanka Trump, Jared Kushner e seus filhos constrói uma imagem exemplar de família heteronormativa, branca e bem-sucedida, usada como padrão moral e social. O *ethos* aqui se ancora na ideia de estabilidade e ordem, reforçando que esse modelo familiar seria o fundamento legítimo da vida nacional. A biopolítica opera ao definir esse arranjo como forma de vida desejável e reprodutível, naturalizando-o como referência universal. Já a necropolítica emerge no silenciamento das famílias dissidentes: ao projetar esse ideal como único, a imagem produz outras configurações, LGBTQIAP+, monoparentais, interracialias, como desvios, marcando quem pertence plenamente à comunidade nacional e quem é empurrado para zonas de vulnerabilidade simbólica e política.

#### Imagem 5: Família como dispositivo discursivo: a estratégia de legitimação conservadora no trumpismo

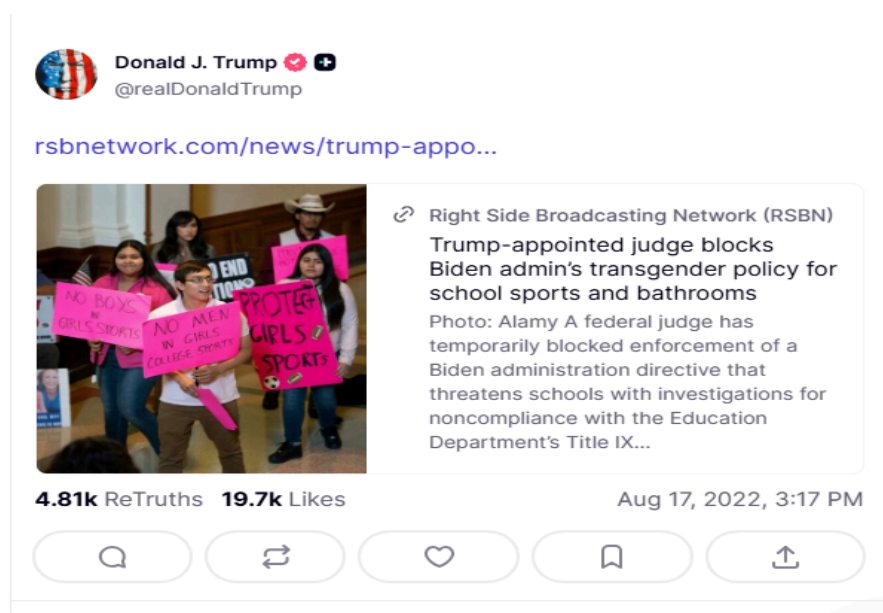




Fonte: Conta oficial de Donald J. Trump no Instagram. Postagem publicada em 18 de Dezembro, disponível em: @realdonaldtrump. Acesso em: 27/11/2025.

Na Imagem 6, Trump compartilha uma manchete que associa políticas pró-trans a caos institucional, especialmente no contexto escolar e esportivo. A presença de manifestantes com cartazes rosa reforça a estética da desordem, acionada para apresentar pessoas trans como ameaça à estabilidade social. Essa composição produz um *ethos* de gestor da ordem, em que Trump se coloca como figura capaz de restaurar a “normalidade”. Biopoliticamente, a postagem opera uma redistribuição desigual de legitimidade: corpos trans são tratados como problema administrativo, não como sujeitos de direitos. A necropolítica emerge quando a simples existência trans é vinculada a descontrole, autorizando a naturalização de práticas de exclusão, sejam elas barrar o acesso a banheiros, restringir esportes ou limitar cuidados de saúde.

Imagem 6: Construindo o inimigo: o uso de narrativas anti-trans no *ethos* “trumpista”

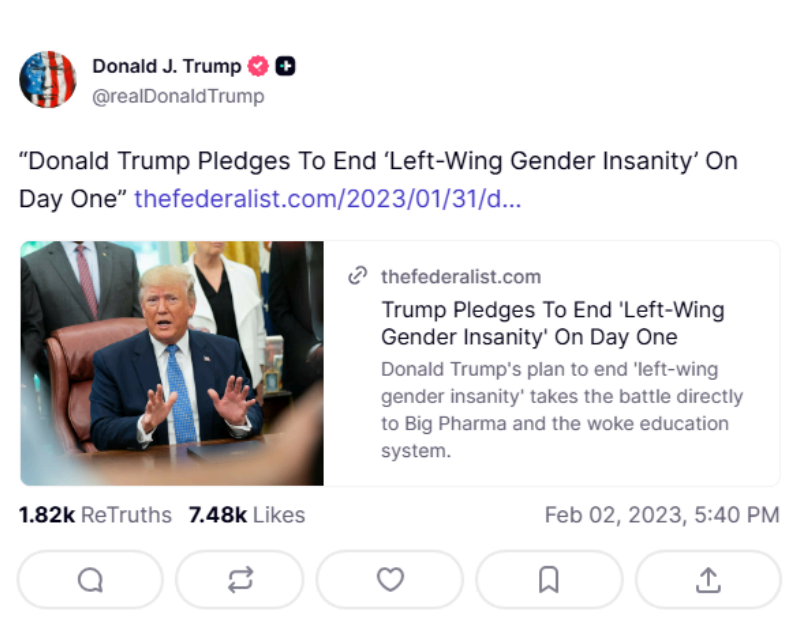


Fonte: Conta oficial de Donald J. Trump no “X” antigo *Twitter*. Postagem publicada em 17 de Agosto de 2022, disponível em: @realdonaldtrump. Acesso em: 27/11/2025.

Na Imagem 7, a promessa de “acabar com a insanidade de gênero no primeiro dia” reduz toda a complexidade das identidades trans a um diagnóstico de patologia coletiva. O gesto de assinatura e o cenário institucional performam um *ethos* de autoridade decisória, que legitima a ideia de que vidas trans podem ser

reguladas ou extintas do espaço público por decreto. A biopolítica aparece na tentativa de revogar o reconhecimento estatal dessas identidades, apagando-as do campo do governável. Já a necropolítica se expressa na retórica da erradicação: ao classificar identidades de gênero como “insanidade”, a postagem abre espaço para políticas que precarizam acesso à saúde, educação e segurança, produzindo, na prática, vidas que podem ser expostas à violência sem que isso seja percebido como violação.

Imagem 7: A retórica da negação: o apagamento das identidades de gênero no discurso “trumpista”



Fonte: Conta oficial de Donald J. Trump no “X” antigo *Twitter*. Postagem publicada em 02 de Fevereiro de 2023, disponível em: @realdonaldtrump. Acesso em: 27/11/2025.

Na Imagem 8, Trump divulga uma matéria que anuncia celebra melhorias no recrutamento militar durante seu governo, acompanhada de uma imagem com um símbolo neonazista estilizado. A sobreposição entre aparato militar e marca de ódio não é acidental: ela compõe um ethos de força que naturaliza a presença de ideologias violentas como parte da identidade política do “trumpismo”. Nessa direção, biopoliticamente, a imagem reforça a distinção entre corpos considerados aptos a servir a nação e corpos vistos como ameaça interna, especialmente os trans, frequentemente alvos de proibições no serviço militar. A necropolítica aparece na circulação simbólica desse ícone extremista, pois sinaliza que certos grupos são

descartáveis ou inimigos potenciais, legitimando a precarização de sua segurança, cidadania e existência no espaço público.

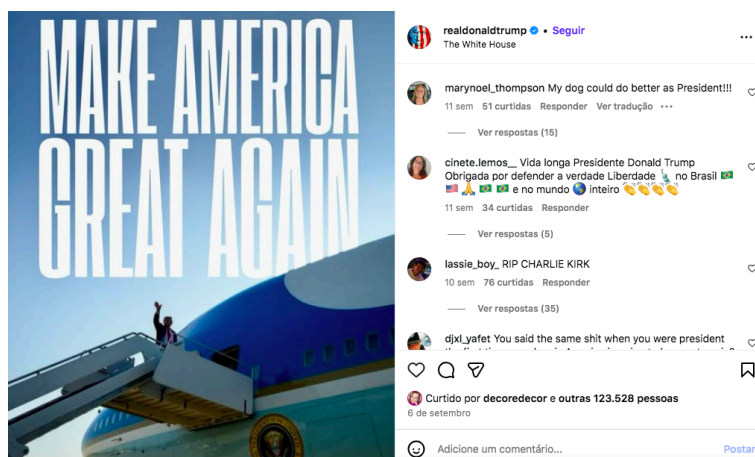
Imagem 8: Ethos e violência simbólica: a circulação de marcas nazistas contra corpos sexo-gênero dissidentes.



Fonte: Conta oficial de Donald J. Trump no “X” antigo *Twitter*. Postagem publicada em 10 de Março de 2025, disponível em: @realdonaldtrump. Acesso em: 27/11/2025.

Na Imagem 9, o slogan “MAKE AMERICA GREAT AGAIN” ocupa quase toda a composição, sobreposto à figura de Trump descendo a escada do avião presidencial, criando uma síntese visual entre líder, nação e passado idealizado. O ethos performado é o do estadista destinado a restaurar uma grandeza perdida, ancorado em uma nostalgia que apaga conflitos históricos e constrói uma memória seletiva da nação. O afeto político mobilizado é o da saudade de um tempo supostamente mais estável e moralmente homogêneo, que funciona como promessa de retorno que só seria possível mediante sua reeleição. A nostalgia aqui não é descritiva, mas prescritiva: ela orienta o desejo coletivo para um passado ficcional que opera como horizonte de ordem e pureza.

Imagem 9: Nacionalismo performado: a materialidade simbólica do MAGA na retórica “trumpista”



Fonte: Conta oficial de Donald J. Trump no Instagram. Postagem publicada em 06 de Setembro de 2025, disponível em: [@realdonaldtrump](https://www.instagram.com/realdonaldtrump/). Acesso em: 27/11/2025.

Quando Trump posta indicadores de criminalidade, cenas de violência urbana ou manchetes que sugerem descontrole institucional, ele produz um ambiente emocional baseado no medo. O ethos mobilizado é o do guardião firme, capaz de enfrentar inimigos difusos, criminosos, imigrantes, “ideologia de gênero”. O medo opera como afeto político que reorganiza percepções do risco, convertendo problemas complexos em ameaças pessoais e imediatas. Esse enquadramento desloca o debate público para um registro emocional em que segurança significa força, vigilância e punição, consolidando um vínculo afetivo com seguidores que veem, no líder, o único capaz de restaurar uma sensação perdida de ordem e proteção.

Imagem 10: Ethos de restaurador moral: a construção do antissistema em ‘Make DC great again



Fonte: Conta oficial de Donald J. Trump no Instagram. Postagem publicada em 11 de Agosto de 2025, disponível em: [@realdonaldtrump](https://www.instagram.com/realdonaldtrump/). Acesso em: 27/11/2025.

## 4 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida neste trabalho evidencia que o discurso político de Donald Trump opera dentro de uma lógica comunicacional marcada pela produção sistemática de antagonismos, sustentada tanto por estratégias retóricas tradicionais quanto pela intensificação proporcionada pelas plataformas digitais. Ao mobilizar aquilo que Achille Mbembe denomina política da inimizade, Trump constrói um *ethos* político assentado na identificação de inimigos internos imigrantes, pessoas negras, e, sobretudo, pessoas LGBTQIAPN+, com ênfase particular na população trans como identificado nas imagens 6, 7 e 8. Essa construção discursiva não apenas reforça hierarquias simbólicas já existentes na sociedade norte-americana, mas também converte preconceitos históricos em ferramentas de mobilização política, legitimando práticas e políticas de Estado que restringem direitos civis e reforçam desigualdades estruturais. O *ethos* “trumpista”, conforme demonstrado ao longo da pesquisa, é performado por meio de uma retórica que combina autenticidade agressiva, transgressão calculada e a inversão de responsabilidades sociais. Trump projeta a imagem de um líder que “diz a verdade que ninguém ousa dizer”, criando um *ethos* de franqueza que lhe permite atacar grupos vulneráveis sob o argumento de proteger a “verdadeira América” e a família como observado na análise das imagens 4 e 5. Essa imagem de autenticidade, porém, é construída a partir da manipulação de medos sociais e de uma estética discursiva que privilegia o conflito, o exagero e a polarização. Ao transformar esse estilo em recurso político, ele converte o discurso discriminatório em capital simbólico de alto valor para sua base eleitoral.

A amplitude de alcance dessas narrativas, como discutido neste trabalho, deve-se em grande parte ao papel das redes sociais. Plataformas como o “X” (antigo *Twitter*) *Instagram* e *Truth Social* não funcionam apenas como meios de comunicação, mas como ecossistemas que reorganizam o debate público segundo critérios algorítmicos que favorecem conteúdos polarizadores, emocionalmente carregados e moralmente divisivos. O *ethos* trumpista, baseado na confrontação e na simplificação extrema de questões complexas, encontra nesse ambiente um terreno fértil para sua circulação. Além da construção de uma imagem de líder humano e herói como identificado na imagem 1, 9 e 10 que ajuda na potencialização digital. A repetição de enquadramentos anti-LGBTQIAPN+, sobretudo contra

peessoas trans tratadas como ameaças à moral, à família ou à ordem pública confere às políticas discriminatórias um verniz de legitimidade e urgência. Assim, o discurso antecede e sustenta a ação institucional, demonstrando a estreita articulação entre retórica digital e formulação de políticas.

Nesse sentido, a análise das políticas adotadas durante sua primeira administração como tentativas de barrar a hormonização de jovens trans, proibições de uso de banheiros, restrições à participação de pessoas trans no serviço militar e a negação de direitos básicos sob o argumento de “proteção da família” ou da “biologia” revela que a retórica hostil não se limita ao plano simbólico, mas se materializa em práticas de Estado. As próprias narrativas religiosas, morais e securitárias mobilizadas por Trump demonstram a operação combinada de diferentes regimes discursivos que legitimam a exclusão. O discurso precede a violência de Estado, e o *ethos* performado nas redes se converte em ferramenta de governança.

Dessa forma, o trabalho demonstra que compreender o fenômeno Trump implica reconhecer a relação intrínseca entre suas estratégias discursivas, o ambiente digital que amplifica essas estratégias e os efeitos concretos que elas produzem sobre populações já historicamente marginalizadas. A criação de um inimigo discursivo funciona como mecanismo de coesão interna e como justificativa para políticas que restringem direitos sob a aparência de proteger valores tradicionais. Assim, o *ethos* político de Trump é simultaneamente causa e consequência de um ecossistema comunicacional polarizado, no qual redes sociais se tornam instrumentos de legitimação e expansão de retóricas excludentes.

Portanto, este estudo conclui que o “trumpismo”, longe de representar um desvio isolado, exemplifica a forma contemporânea de exercício de poder baseada na construção de sujeitos descartáveis, na manipulação afetiva e na disseminação de discursos de ódio através de plataformas digitais. Compreender essas dinâmicas é fundamental para analisar a crescente institucionalização da hostilidade contra pessoas LGBTQIAPN+, em especial pessoas trans, e para refletir sobre a urgência de estratégias discursivas, políticas e educacionais que possam enfrentar a lógica da inimizade e promover formas de convivência democrática e plural.

## REFERÊNCIAS

- ACHILLE, Mbembe. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123–151, 2003.
- ARMSTRONG, Elizabeth A.; CRAGE, Suzanna M. Movements and memory: the making of the Stonewall myth. **American Sociological Review**, v. 71, n. 5, p. 724–751, 2006.
- BROWN, Wendy. **In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Antidemocratic Politics in the West**. New York: Columbia University Press, 2019.
- BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: On the Discursive Limits of “Sex”**. New York: Routledge, 1993.
- BUTLER, Judith. **Frames of War: When Is Life Grievable?** London: Verso, 2009.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.
- CARTER, David. **Stonewall: The Riots That Sparked the Gay Revolution**. New York: St. Martin’s Press, 2005.
- CHAUNCEY, George. **Gay New York: Gender, Urban Culture, and the Making of the Gay Male World, 1890–1940**. New York: Basic Books, 2008.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 2000.
- COX, Robert. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: COX, Robert; SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to World Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 85–123.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.
- DE LAURETIS, Teresa. **Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities**. Bloomington: Indiana University Press, 1991.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Executive Order n. 13672 de 21 de Julho, 2014. **Equal Employment Opportunity in the Federal Government** (Igualdade de

Oportunidades de Emprego no Governo Federal). In: Federal Registry, Washington, D.C., July 23: The White House, 2014. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/DCPD-201400553/pdf/DCPD-201400553.pdf> Acesso em: 21 out. 2025.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Presidential Memorandum on Military Service by Transgender Individuals**. Washington, D.C.: The White House, 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/presidential-actions/presidential-memorandum-military-service-transgender-individuals/>. Acesso em: 21 out. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1970.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

KOZINETS, Robert. **Netnography: Doing Ethnographic Research Online**. London: SAGE Publications, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de discurso: introdução aos estudos discursivos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de texto e discurso: novas perspectivas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MALLORY, Christy; SEARS, Brad. The Legal and Economic Implications of North Carolina's HB2. Los Angeles: **The Williams Institute**, UCLA School of Law, 2016. Disponível em: <https://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/Legal-Economic-Implications-HB2-May-2016.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MEYLER, Bernadette. Indiana religious freedom law too broad, Stanford scholar says. **Stanford News**, 2 abr. 2015. Disponível em: <https://news.stanford.edu/stories/2015/04/indiana-meyler-law-040315>. Acesso em: 21 out. 2025.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism: A Very Short**



Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2017.

PENTAGON. Department of Defense Policy on Military Service by Transgender Persons and Persons with Gender Dysphoria. Washington, D.C.: **U.S. Department of Defense**, 2019.

PUAR, Jasbir K. **The Right to Maim**: Debility, Capacity, Disability. Durham: Duke University Press, 2017.

RESENDE, Viviane M.; RAMALHO, Viviane M. M. **Análise de discurso crítica**: do modelo tridimensional à articulação entre práticas – implicações teórico-metodológicas. Brasília: Editora da UnB, 2004.

SKOCPOL, Theda; WILLIAMSON, Vanessa. **The Tea Party and the Remaking of Republican Conservatism**. New York: Oxford University Press, 2012.

THIEL, Markus. Queer theory and international relations: a reflection of changing norms. **Global Affairs Journal**, v. 5, n. 3, p. 70–85, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0305829817733131>. Acesso em: 9 jun. 2025.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W. W. Norton, 2001.

MEYER, Elizabeth J. **Gender and Sexual Diversity in Schools**: An Introduction. New York: Springer, 2017.